

# ANÁLISE DE ASPECTOS DA IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO NO BRASIL

CARMEM G. BURGERT SCHIAVON\*

## RESUMO

O presente texto aborda alguns aspectos relacionados à implantação do Estado Novo no Brasil, como a atuação dos dois grupos antagônicos, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), assim como o pretexto imediato para o decreto do golpe estadonovista, o falso Plano Cohen.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Novo; História; Brasil.

É tarefa difícil, para não dizer impossível, entender a implantação do Estado Novo no Brasil sem antes se proceder a uma análise da década de 20 e o momento posterior à Revolução de 1930<sup>1</sup>, já que ela “pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890”<sup>2</sup>, ocasionando uma série de mudanças traduzidas, principalmente, por entralização administrativa do país e a conseqüente perda de poder por parte das elites regionais, notavelmente, São Paulo e Minas Gerais<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre o tema, entre outros, ver: FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 227-255 (Coleção Corpo e Alma do Brasil); LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro*. São Paulo: Unitas, 1933; SILVA, Hélio. *1930: a revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>2</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 26. Atualmente, a obra encontra-se atualizada e abrange períodos mais extensos.

<sup>3</sup> Com relação ao momento posterior à Revolução de 1930, o historiador Boris Fausto esclarece: “o Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café está deslocada do poder, em conseqüência da crise econômica; as classes médias não têm condições para assumir seu controle; os ‘tenentes’ fracassam como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem freqüentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia”. FAUSTO, op. cit., p. 253-254.

A sociedade brasileira vivenciou inúmeras transformações nos anos 1920, pois a urbanização e a industrialização tomaram corpo e a classe operária, por sua vez, passou a lutar por melhores condições de vida<sup>4</sup>. É nesse período que o país vivencia a efervescência do movimento modernista, com a realização da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, e a ocorrência das revoltas tenentistas de 1922, 1924 e a Coluna Prestes<sup>5</sup> – uma série de conflitos armados que tiveram início com a tomada do Forte de Copacabana e que só chegariam ao seu final com a deposição do governo de Washington Luís (eleito em 1926) e o impedimento da posse do presidente eleito, Júlio Prestes.

É nesse cenário de extrema ebulição política que Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, após inúmeras negociações e arranjos políticos, candidata-se à Presidência do Brasil, à frente da coalizão política da Aliança Liberal. Esta representa o resultado final do acordo firmado entre os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, em 17 de junho de 1929, que entre outras condições estabelecia o nome de Getúlio Vargas ou Borges de Medeiros como candidato à Presidência da República, ou, no caso de escolha direta do Presidente Washington Luís, determinava que Minas só aceitaria a candidatura caso o vice-presidente fosse um gaúcho. Para o historiador Edgard Carone,

A Aliança Liberal representou uma cristalização paradoxal das oposições. Diferentemente de outros movimentos anteriores, ela significou um amálgama de tendências mais complexas e geograficamente amplas, tornando-a uma realidade mais atuante. Sua concretização foi possível principalmente devido à cisão da oligarquia dominante, em virtude do crescimento e expansão de Estados politicamente relegados a segundo plano pela união do “café com leite”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Sobre esse ponto, Eli Diniz esclarece que “não se trata de afirmar que a construção do capitalismo industrial no Brasil se deu nos anos 30. Como é sabido, a consolidação da ordem industrial ocorrerá algumas décadas depois, sobretudo com a expansão impulsionada pelas políticas do governo Kubitschek. Porém, os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas”. DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 24.

<sup>5</sup> Para análise dessas revoluções, entre outros, ver: CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Buri, 1965; CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. p. 223-309; SILVA, Hélio. *1922: sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: 1964; ROSA, Virgínio Santa. *Que foi o tenentismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. O título da primeira edição é *O sentido do tenentismo*.

<sup>6</sup> CARONE, *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 76-77.

Após as recusas dos estados de Pernambuco e Bahia para indicar um nome para preencher o cargo de vice-presidente, o então governador da Paraíba, João Pessoa, aceita o convite da Aliança Liberal. Diante de um processo fraudulento, Getúlio Vargas perde as eleições presidenciais de primeiro de março de 1930<sup>7</sup>, para o candidato paulista Júlio Prestes, mas os aliancistas denunciam as fraudes eleitorais<sup>8</sup> e o uso da máquina eleitoral governista e iniciam um movimento que toma proporções nacionais, com o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930<sup>9</sup>. Em 10 de outubro, unidades do Exército rebelam-se em praticamente todo o país, selando o término da República Oligárquica Brasileira e, assim, “os comandantes do Exército e da Marinha encontraram-se colocados numa posição que se deveria tornar cada vez mais familiar na subsequente história do Brasil: o papel de árbitros finais da política interna”<sup>10</sup>.

Em 4 de novembro de 1930, Getúlio Vargas é empossado como presidente da República. Em seu uniforme cáqui é conduzido ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em caráter “provisório”, com base em uma das suas principais características – a de unir facções contrárias. De lá iniciaria uma nova etapa da história brasileira, a Era Vargas, e só deixaria o poder 15 anos mais tarde, também induzido por uma estratégia dos seus antigos apoiadores, a cúpula militar do Exército e grupos da elite civil.

Ao ser conduzido ao poder, Getúlio Vargas suspende a Constituição de 1891 e designa interventores para todos os estados brasileiros, com exceção de Minas Gerais, governado por Olegário Maciel, seu aliado político, que pode se manter no cargo “porque havia participado da revolução, era prestigiado pelo ministro da Guerra e modificara seu ministério”<sup>11</sup>. Dentro desse quadro, o 4 de novembro não representa

---

<sup>7</sup> “Getúlio Vargas obteve aproximadamente oitocentos mil votos, e o candidato oficial, Júlio Prestes, foi eleito com cerca de um milhão de votos”. TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 11.

<sup>8</sup> O brasilianista Thomas Skidmore esclarece que a questão das fraudes eleitorais não constituía um tipo de prática nova na política brasileira, muito pelo contrário: “nas eleições anteriores, especialmente as de 1910 e 1922, os candidatos derrotados tinham sempre acusado de fraude a contagem dos votos, da mesma forma que reclamavam que a força, a ameaça e o suborno eram usados à boca das urnas” (op. cit., p. 22).

<sup>9</sup> Sobre o assassinato de João Pessoa, Carone informa que “a razão de sua morte eram questões regionais, acrescidas das circunstâncias políticas do momento. As principais nasciam de sua política tributária, que onerava grandemente os produtos entrados por Pernambuco, forçando o comércio por Cabedelo, numa tentativa de luta contra os oligarcas sertanejos e fortalecimento dos elementos da capital, com degola política dos candidatos representativos do sertão, principalmente das cidades do interior mais atingidas por estas medidas”. CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 80.

<sup>10</sup> SKIDMORE, Thomas, op. cit., p. 25.

<sup>11</sup> CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 89.

somente o desfecho da revolução de 1930, mas também a derrocada da República Velha (1889-1930) e a queda da aliança café-com-leite e da política dos governadores.

A partir desse momento, o país passa por inúmeras transformações. Numa análise geral, destaca-se o papel desempenhado pelo quadro econômico e financeiro internacional gerado pelo *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929. A ocorrência dessa crise, apesar de ser negativa para as exportações de café<sup>12</sup>, acaba gerando um saldo positivo para o Brasil, traduzido por incrementos na industrialização do país, tendo em vista que a redução nas exportações ocasiona a falta de recursos em moeda estrangeira para a importação de produtos industrializados e, diante dessa nova realidade, resta ao Brasil a alternativa da produção interna em substituição às importações<sup>13</sup>.

No âmbito social, a mudança mais significativa fica por conta das relações entre o governo e os trabalhadores, com a criação do Ministério do Trabalho, em 25 de dezembro de 1930, e a posterior adoção de uma legislação trabalhista com concessão de direitos tais como: a fixação da jornada diária de oito horas, direito de férias remuneradas, regulamentação do trabalho feminino, noturno, de menores, entre outros. Paralelamente à adoção desses avanços trabalhistas, Getúlio Vargas impossibilita a existência de um sindicalismo autônomo.

No aspecto cultural, as reformas no ensino foram empreendidas no nível federal, por meio da implantação de um ensino técnico, cujos reais interesses estavam voltados à obtenção e qualificação de mão-de-obra para a industrialização do país. Nessa época, o Brasil passa a ser palco de inúmeras outras transformações na educação, as quais resultam em melhor qualidade e padronização do ensino, apesar das divergências entre governo e Igreja Católica, que imbuída da idéia de tornar o ensino religioso obrigatório, pressiona o governo getulista.

Por outro lado, a centralização política exercida por Vargas origina

---

<sup>12</sup> “O preço médio do café no exterior cai de 4.71 libras em 1929 para 2.69 em 1930; a produção, em 1929, atinge 28.941.000 sacas e a exportação 14.281.000, sem se falar nos estoques acumulados”. FAUSTO, Boris, op. cit., p. 242.

<sup>13</sup> Para o historiador Edgard Carone, “o fenômeno do crescimento industrial, na verdade, é mundial e o Brasil é um dos países que mais expandiram percentualmente a sua produção, entre 1930 e 1938: com o índice 100 em 1929, o Japão lidera o aumento, passando de 94,8 para 473,0, isto é, 378,2%; a Rússia vai de 130,9 para 470, com 339,1%; o Brasil, de 77,2 chega a 192,6, com 115,4%; a Holanda, de 102,1 passa a 104,1, com 2,0%; a Alemanha, de 85,9 chega a 126,2, com 40,3%. Se focalizarmos o caso particular de cada atividade brasileira, vemos que, entre 1930 e 1939, os produtos transformados crescem de 70 para 229%; a produção extrativa mineral, de 93 passa a 317%; a produção industrial básica vai de 146 para 1.192%”. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 57-58.

uma série de problemas advindos tanto das forças que o apoiaram – afinal, “o compromisso de correntes antagônicas fatalmente tendia a desagregar-se depois da vitória”<sup>14</sup> –, quanto dos que estavam na oposição ou, ainda, daqueles que passaram a ser opositores ao seu governo. Entretanto, é em São Paulo que sua forma de governo, autoritária e centralizadora, acaba gerando os focos mais fortes de resistência. A elite paulista não aceitava a perda de poder e, instigada pela demanda de maior espaço de participação política, representa um grande foco de resistência à figura de Getúlio Vargas, advindo daí as raízes da revolução de 1932, a qual

Representa a revolta de todos os setores da burguesia paulista, não tanto por razões estritamente econômicas (bem ou mal o governo vira-se obrigado a considerar o problema do café, estabelecendo um novo esquema de defesa), mas sobretudo por razões de natureza política. A decepção dos democráticos levou à luta tanto a “aristocracia do café”, como todo o grupo industrial mais importante do país que, sem discrepâncias, realizou um considerável esforço para armar o Estado rebelde<sup>15</sup>.

Muito embora a revolução de 1932 tenha sido sufocada pelas forças do Exército Nacional, algumas de suas sementes começaram a frutificar em maio de 1933, no momento em que, numa “tentativa de apaziguamento nacional, o governo permitiu a organização de uma Assembléia Constituinte encarregada de elaborar a nova Carta Constitucional do país”<sup>16</sup> e, principalmente, por ocasião da promulgação da nova Constituição, em 14 de julho de 1934, um verdadeiro produto híbrido, pois o documento jogava tanto com os ideais do liberalismo como com aqueles do reformismo econômico. Do ponto de vista social e político, o documento jurídico trouxe significativas mudanças para o Brasil. Numa caracterização geral, destaca-se a instituição do voto secreto, o voto feminino (obrigatório) para mulheres funcionárias públicas, a representação profissional, através da qual os sindicatos indicavam novos membros para o Congresso Nacional; introdução de leis sociais e a organização de sindicatos. Com relação à adoção dessa política “assistencialista”, a historiadora Mercedes Kothe chama a atenção para o fato de que a legislação trabalhista não foi estendida à população rural: “para conseguir o apoio da população, foram outorgadas algumas medidas trabalhistas e sociais, que vieram a beneficiar

---

<sup>14</sup> CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 84.

<sup>15</sup> FAUSTO, Boris, op. cit., p. 249.

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2: O tempo do nacional-estatismo. p. 114.

segmentos da população urbana, sendo esquecidos, porém, os camponeses”<sup>17</sup>.

Uma das determinações da Constituição de 1934 era a realização de eleições para presidente da República, em janeiro de 1938. Dessa forma, a partir de 1936, a questão da sucessão presidencial passa a ser pauta nas discussões do cenário político nacional. Apesar da tentativa de esvaziamento das discussões por parte de Getúlio Vargas, Armando de Sales Oliveira, governador de São Paulo, lança sua candidatura pela oposição após ter tentado obter, sem êxito, o apoio do grupo da situação. As forças situacionistas, em contrapartida, apresentam o paraibano José Américo de Almeida. Além destes, o chefe integralista, Plínio Salgado, também se candidata à presidência da República.

A campanha para a “sucessão” de Getúlio Vargas, em razão do estado de guerra decretado no Brasil<sup>18</sup> – pela justificativa de combate ao comunismo – desenvolve-se num quadro de repressão, censura e restrições de participação política. Os mesmos instrumentos criados para a repressão ao comunismo também foram aplicados aos antigos aliados de Getúlio Vargas, aqueles contrários a sua política de permanência no governo, de forma a enfraquecê-los ou neutralizá-los. Esta era a posição defendida por Góis Monteiro; ele almejava construir um exército forte, unificado e isento de influências políticas, e assim foi feito.

## **A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA**

A década de 1930 traz consigo a formação de dois movimentos sociais antagônicos, amplamente difundidos no Brasil da época: a Ação Integralista Brasileira (grupo de extrema direita) e a Aliança Nacional Libertadora (de extrema esquerda). O primeiro inspirava-se no fascismo e tinha em Plínio Salgado<sup>19</sup> – o chefe nacional – a figura de maior expressão

---

<sup>17</sup> KOTHE, Mercedes Gassen. O Brasil na década de 1930: política interna, opiniões externas. In: *III Simpósio Internacional: Estados americanos: relações continentais e internacionais – 500 anos de história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 104.

<sup>18</sup> Inicialmente, o estado de guerra é decretado por um período de três meses, mas posteriormente “foi prorrogado ininterruptamente, desde o levante comunista até junho de 1937, quando líderes das bancadas e o ministro da Justiça, Macedo Soares, decidiram por sustá-lo. No entanto, em outubro do mesmo ano, sob pretexto da iminência de um novo golpe comunista, em virtude de um plano recentemente descoberto, o Executivo solicitou mais uma vez a declaração do estado de guerra”. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*, op. cit., p. 141.

<sup>19</sup> Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (São Paulo) em 22 de janeiro de 1895. Iniciou suas atividades ligadas à política em 1918, quando participou da fundação do Partido Municipalista. Nessa época realizava conferências em nome da autonomia

dos “camisas-verdes”. O segundo, por sua vez, representa a organização de um movimento de frente popular, com ampla dependência do Partido Comunista. Luís Carlos Prestes<sup>20</sup> era sua figura de maior destaque.

As origens do integralismo brasileiro remontam ao ano de 1932, momento em que Plínio Salgado fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), organização composta por intelectuais simpáticos ao fascismo. Mas a coroação definitiva de carreira política sobreveio alguns meses depois, quando o chefe integralista divulgou o Manifesto de Outubro, que continha as diretrizes básicas da Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>21</sup>. Segundo Stanley Hilton,

---

provincial. No ano de 1920, começou a trabalhar no *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Nesse momento Salgado fez amizade com Menotti del Picchia (redator-chefe do jornal) e, em companhia deste e de Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho, passou a fazer parte do movimento Verde-Amarelo, uma vertente nacionalista do Modernismo. Em 1926, Plínio Salgado publicou o seu primeiro romance, intitulado *O estrangeiro*, obra que discutia a questão da identidade nacional brasileira e que o tornou conceituado no meio modernista. Em 1927 elegeu-se deputado estadual pela sigla partidária do PRP. Em 1930, apoiou a candidatura situacionista de Júlio Prestes à Presidência da República em oposição a Getúlio Vargas. Nesse mesmo ano, antes de concluir seu mandato de deputado, viajou para o Oriente Médio e a Europa como preceptor do filho do amigo Souza Aranha. Na ocasião, impressionou-se com o fascismo e com Mussolini. Alguns autores acreditam que esse fascínio o estimulou a pensar na elaboração de uma doutrina semelhante para o Brasil. Sobre o tema, ver: LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.

<sup>20</sup> O principal líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luís Carlos Prestes, nasceu em Porto Alegre, em 3 de janeiro de 1898. Cursou a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1919, e, após a sua transferência para o Rio Grande do Sul, foi o principal articulador e líder da revolta tenentista contra o governo do presidente Arthur Bernardes, em 1924. Essa revolta visava, entre outros objetivos, à renúncia do presidente Bernardes. Após inúmeros combates, os revolucionários gaúchos associaram-se, no Paraná, aos rebeldes paulistas liderados por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa, originando a Coluna Prestes. Esta objetivava percorrer o país e difundir o ideal tenentista. A marcha tenentista chega a seu término em 1927, momento em que os revoltosos exilaram-se na Bolívia, onde Prestes conheceu Astrogildo Pereira, um dos futuros fundadores do PCB. Após a sua conversão ao marxismo, Prestes viajou para Moscou, em 1931, e retornou ao Brasil, clandestinamente, em 1935, casado com a comunista judia alemã Olga Benário. A partir desse momento, será o comandante da fracassada Intentona Comunista, em 1935, e o principal articulador do Partido Comunista no Brasil. Sobre o tema, ver: AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

<sup>21</sup> “O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: ‘Deus, pátria e família’ era o lema do movimento”. FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. t. 3: O Brasil Republicano. v. 3: Sociedade e política 1930-1964. p. 353.

A Ação Integralista Brasileira nasceu no período de fluidez política e social que seguiu a Revolução de 1930. Fundada em outubro de 1932, por Plínio Salgado, o partido floresceria num clima de nacionalismo cultural e ansiedade da classe média face ao comunismo. Vestindo camisas verdes, usando o sigma como símbolo e o braço esticado como saudação, os integralistas apregoavam soluções nacionalistas para os problemas brasileiros<sup>22</sup>.

Em fevereiro de 1934, ocorreu o Congresso de Vitória, onde foram traçadas as diretrizes integralistas e elaborados os estatutos da AIB; também foi elaborado um plano de ação e os departamentos de Doutrina, de Propaganda, de Milícia, de Cultura Artística, de Finanças e de Organização Política. Plínio Salgado confirmou sua autoridade ao conseguir a aprovação dos artigos que definiam as atribuições do “chefe nacional da AIB”, ou seja, seu poder sobre a instituição era inquestionável.

No ano de 1935, a AIB aprovou a repressão à Intentona Comunista e, em 1937, converteu-se em partido político e lançou a candidatura de Plínio Salgado à presidência da República para as eleições previstas para janeiro de 1938. Diante da percepção de que Vargas continuaria no poder, da promessa de que Salgado receberia o Ministério da Educação e do seu desejo de fazer do integralismo a doutrina do novo regime, ele retirou a sua candidatura e, em seguida, apoiou a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Após a decretação deste, os partidos políticos foram extintos e o espaço de atuação da AIB ficou extremamente reduzido.

A ação dos integralistas, em grande parte, resultou na formação da sua contrapartida, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935. Esta era um grupo de esquerda com forte influência do Partido Comunista Brasileiro e sua formação constituía “uma frente única dos partidos de esquerda, sindicatos, certa ala tenentista e elementos apartidários – fusão de parte da classe média e operariado”<sup>23</sup>. Suas diretrizes de ação, notificadas em fevereiro de 1935 pelo seu manifesto-programa, “representavam uma promessa de ameaças aos interesses de umas e de outras facções dos grupos dominantes”<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> HILTON, Stanley E. A ação integralista brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: \_\_\_\_\_. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977. p. 24. (Col. Retratos do Brasil).

<sup>23</sup> CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 116.

<sup>24</sup> SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme, op. cit., p. 261. Sobre os programas da ANL, a autora ainda informa que “embora heterogêneos, apontavam para a mesma ‘perigosa’ direção, porque incluíam, sobre o denominador comum do nacionalismo, a liquidação dos latifúndios, extinção de tributo dos aforantes, cancelamento das dívidas imperialistas – contestação indireta da estrutura rural existente; reivindicavam também a nacionalização das empresas estrangeiras, salário mínimo,



No dia 5 de julho, Luís Carlos Prestes pronuncia um forte discurso de ataque ao que ele considerou um “desvio aos ideais de 1922”; no mesmo discurso, sua conclusão incide de forma violenta sobre o governo de Vargas, quando o líder comunista brada: “abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”<sup>25</sup>. A resposta do presidente a esse discurso dá-se a 13 de julho, momento em que a polícia invade o quartel-general da ANL e confisca documentos que mais tarde serão utilizados como prova inconteste de que a Aliança obtinha financiamento do exterior e era controlada pelos comunistas. O resultado final dessa ação determina o fechamento da ANL por um período de seis meses e, a partir daí, inúmeras são as prisões dos líderes esquerdistas.

Em decorrência dessas ações, a ala revolucionária do Partido Comunista Brasileiro prepara, em 23 de novembro, o denominado Levante Comunista de 1935<sup>26</sup>, em que alguns militares revolucionários das guarnições nordestinas das capitais de Natal, Recife e Rio de Janeiro promovem uma quartelada, assassinando alguns oficiais superiores; no entanto, há uma falha no que diz respeito à tentativa de desencadear um movimento simultâneo em parte do Nordeste e no Rio e, como o levante não foi simultâneo, os comandantes cariocas já tinham sido avisados e o que seria um grande movimento, acaba sendo sufocado com facilidade pelo governo<sup>27</sup>. O levante deixa um saldo de 22 mortos (quatro em Natal, um no Recife e 17 no Rio de Janeiro)<sup>28</sup> e praticamente determina o fim das liberdades constitucionais existentes no período anterior ao decreto do Estado Novo, tendo em vista que a partir deste momento o país passa a maior parte do tempo em estado de sítio ou de guerra<sup>29</sup>. Além disso, o

---

jornada de trabalho de 8 horas – palavras de ordem que poderiam mobilizar um proletariado urbano em crescimento e fazê-lo adquirir experiência política, ameaçando assim os grupos industriais necessitados de capital e de paz”. Op. cit., p. 261.

<sup>25</sup> Apud CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 143.

<sup>26</sup> Sobre o tema, ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégia da ilusão: a revolução mundial e o Brasil – 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>27</sup> Para Antônio Pedro Tota, “os jornais ajudaram a propagar uma imagem bastante aterrorizante do Levante da ANL: fotos de oficiais mortos, prédios dos quartéis bombardeados. A população mostrava-se assustada diante dessa imagem do levante, em especial as classes médias e os dirigentes. Para o Governo, isto foi de grande valia, na medida em que a Carta Constitucional ia sendo superada por mecanismos de exceção”. TOTA, Antônio Pedro, op. cit., p. 18.

<sup>28</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 16.

<sup>29</sup> “Por sucessivas concessões do Legislativo, a pedidos e pressões do Executivo, o Brasil viveu em estado de emergência logo equiparado a estado de guerra, de novembro de 1935 a junho de 1937. O consentimento a tais medidas implicava a convicção mais ou menos generalizada – excetuados nos meses finais alguns líderes como Otávio Mangabeira – de que o fortalecimento do Executivo era a condição de estabilidade e de

levante armado propicia ao presidente provas tidas como irrefutáveis do “perigo comunista” e abre caminho para uma forte onda de repressão à esquerda brasileira, pois “a revolução de 35, com a onda de terror, que justificava pela necessidade de se defender da ‘subversão social’, facilitava-lhe os meios”<sup>30</sup>.

Após a tentativa do Levante de 35 – a “Intentona”<sup>31</sup> Comunista – o governo brasileiro persegue e desarticula o Partido Comunista, principalmente quando Luís Carlos Prestes é preso, em março de 1936, e o presidente, cedendo aos elementos “germanófilos” do seu governo – cujo maior expoente tinha base em Filinto Müller – repatria a sua companheira, a revolucionária Olga Benário, à Alemanha nazista de Adolf Hitler. A repressão varguista era tão abrangente que nem mesmo o Congresso fica imune a sua ação: um senador e quatro deputados são presos e seu julgamento é aprovado pela Câmara em julho do mesmo ano. Para dismantelar qualquer tipo de contra-ofensiva comunista, Vargas ainda manda prender milhares de políticos suspeitos, independente de serem militares ou civis. No período “de 25 de novembro de 1935 a 15 de março de 1936, fizeram-se 3.250 investigações, 441 buscas domiciliares, 901 prisões de civis e 2.146 de militares, entre oficiais e soldados”<sup>32</sup>.

## OS PREPARATIVOS FINAIS PARA A DECRETAÇÃO DO ESTADO NOVO

O golpe de Estado do presidente Getúlio Vargas, deflagrado em 10 de novembro de 1937<sup>33</sup>, que instituiu o Estado Novo e uma nova Constituição para o Brasil, começou a ser preparado com muita antecedência<sup>34</sup>. A justificativa do combate ao comunismo constituiu o principal argumento para sua implantação. Contudo, o pretexto imediato

---

ordem, portanto de sobrevivência dos grupos dominantes”. SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.), op. cit., p. 262.

<sup>30</sup> BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República* – de 1930 a 1960. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991, p. 88.

<sup>31</sup> O movimento acaba recebendo esse nome em razão de seu intento não ter obtido êxito. Sobre esse aspecto, Maria Celina D’Araújo ainda esclarece que, “para se ter uma idéia da importância que esse evento teve para as Forças Armadas, a partir de 1937, o Levante (que elas chamaram de Intentona, significando intento louco, plano insensato) foi transformado em data oficial de celebração militar, quando se condenava a traição aos colegas e se celebravam as vítimas da covardia. Apenas na década de 1990 a data deixaria de merecer cerimônias oficiais”. D’ARAÚJO, Maria Celina Soares, op. cit., p. 17.

<sup>32</sup> CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, op. cit., p. 124.

<sup>33</sup> Dia em que o Senado Federal amanheceu cercado pela cavalaria da Polícia Militar e que Getúlio Vargas anunciou pelo rádio à nação o início de uma nova era e Constituição.

<sup>34</sup> De acordo com os diários de Vargas, a Constituição já estava pronta desde abril de 1937.

para a implantação do Estado Novo foi a “descoberta” do “Plano Cohen”<sup>35</sup>, por meio do qual os comunistas tencionavam tomar o poder por ações violentas. Embora falso, o referido Plano representou o estopim da crise que originou a implantação da ditadura do Estado Novo no Brasil. Mas o fato é que a política de continuidade de Vargas na presidência da República já vinha sendo preparada havia algum tempo e foi assegurada no momento em que o presidente debelou os principais focos de resistência e aglutinou o apoio de importantes lideranças políticas e militares – como o general Góis Monteiro – para a mudança nos rumos democráticos do país. De acordo com Maria Celina D’Araújo, a implantação do Estado Novo não foi uma medida impensada, afinal “o golpe não representou uma ruptura, uma mudança abrupta, mas sim a consolidação de um processo de fechamento e repressão que vinha sendo lentamente construído, com o apoio de intelectuais, políticos civis e militares”<sup>36</sup>.

Como foi destacado acima, o “Plano Cohen” constituiu apenas a gota d’água final do processo de construção de um Estado forte. O golpe de Estado, deflagrado em novembro de 1937, foi uma ação construída, muito bem planejada. Alguns autores consideram que a própria Constituição de 1934, ao eliminar a figura do vice-presidente, por si só já constitui um prenúncio para o endurecimento do regime e a continuidade de Vargas na chefia do executivo do país. Entretanto, o senso comum entre os historiadores é de que o Levante Comunista de 1935 foi um marco decisivo para a explicação e a obtenção de apoio popular à implantação do Estado Novo.

Além dessas ações, em setembro de 1936 foi criado o Tribunal de Segurança Nacional<sup>37</sup>, órgão instituído para julgar crimes cometidos contra a Nação, especialmente a ação dos envolvidos no levante comunista de 1935. A existência deste tribunal permite o controle de grande parte da oposição ao presidente Vargas e a interdição de todos aqueles que reivindicavam medidas menos centralizadoras por parte do governo.

Em meio às questões de “perseguição ao avanço comunista”, Getúlio Vargas inicia, em 1936, os preparativos para a eleição presidencial que estava prevista para janeiro de 1938, pois a Constituição de 1934 impedia a sua reeleição. Em meados de 1937 aparecem os dois primeiros candidatos: o paulista Armando de Sales Oliveira e o paraibano José Américo de Almeida. O primeiro era o representante da União Democrática

---

<sup>35</sup> Ver: SILVA, Hélio. *O Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

<sup>36</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina Soares, op. cit., p. 15.

<sup>37</sup> Sobre a atuação do Tribunal de Segurança Nacional, ver: CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

Brasileira (UDN), recente aliança formada em torno do nome do bem-sucedido governador de São Paulo, que se considerava o representante do constitucionalismo liberal. O segundo era o antigo líder tenentista e romancista; foi um proeminente componente da Aliança Liberal de 1930 e era o representante da adoção de medidas nacionalistas autoritárias. Via de regra, era o representante oficial do governo, mas sem o apoio formal de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas utilizou o quanto pôde a tática de desdobramento das suas reais intenções de permanência no governo. Por vezes, deixava escapar a impressão de que José Américo era o candidato oficial à sua sucessão presidencial e, em outras, permitia a especulação sobre a existência de algum movimento de “última hora”. Como Getúlio Vargas não tomava nenhuma posição clara, os integralistas lançaram a candidatura de Plínio Salgado à presidência, em junho de 1937.

Com esse “panorama” eleitoral, Vargas ia conduzindo a campanha presidencial de 1938 e, sempre que possível, tratava de aniquilar qualquer tipo de oposição que pudesse interferir em seus planos de permanência à frente do executivo. Nesse sentido, o governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, por seu poder político e militar, constituía uma pedra no caminho do projeto de continuidade de Vargas no poder, visto que, desde 1935, Flores, além de promover ampla oposição a Vargas, intrometia-se em questões militares, através da exploração e alimento a cisões dentro das Forças Militares<sup>38</sup>. Contudo, “à altura de setembro de 1937, os comandantes militares de Vargas haviam conseguido isolar a oposição nos estados principais”<sup>39</sup> e no Rio Grande do Sul não foi diferente: Getúlio Vargas não só extermina com a oposição de Flores, como nomeia o General Daltro Filho para o seu lugar, como interventor<sup>40</sup>.

Com a oposição controlada, Getúlio Vargas só aguardava uma oportunidade final para a decretação do Estado Novo. Góis Monteiro oferece uma “mãozinha” ao governo federal ao “descobrir” a existência do (falso) “Plano Cohen”<sup>41</sup>. O plano, forjado pelo serviço secreto da Ação

---

<sup>38</sup> Sua influência repercutiu, inclusive, na saída de Góis Monteiro do Ministério da Guerra, em 1935.

<sup>39</sup> SKIDMORE, Thomas, op. cit., p. 48.

<sup>40</sup> O processo de neutralização do governador gaúcho tomou forma no momento em que a oposição solicita o seu *impeachment*, e se intensifica em 14 de outubro, por ocasião do decreto de Góis Monteiro e do comandante local do exército gaúcho, de realizar a federalização da milícia estadual do Rio Grande do Sul. Acuada e sem alternativas de resistência, Flores da Cunha, a 18 de outubro, parte para o Uruguai.

<sup>41</sup> “Em entrevista a *Manchete* (Rio de Janeiro, 11 nov. 1958) o Gen. Olímpio Mourão, citado pelo General Góis como autor do documento, esclarece que a assinatura não era um nome inventado, mas sim tirado de antigo líder comunista húngaro Bela Kuhn, transformado em Cohen porque o conhecido nazista e anti-semita Gustavo Barroso lhe

Integralista Brasileira (AIB), foi datilografado pelo capitão integralista Olímpio Mourão Filho dentro do Exército, de onde “vaza” para a imprensa. O Plano consistia num projeto judaico-comunista internacional que objetivava a tomada de poder por meio da instauração de uma nova modalidade de sociedade – atéia e contrária às idéias de família de honra às mulheres. A seguir, um trecho do fictício plano no qual a “ameaça comunista” evidencia suas atitudes para com os seus adversários:

é necessário criar nos meios revolucionários os reflexos necessários para a violência inútil e insuficiente. [...] A violência deve ser planejada, deixando de lado qualquer sentimentalismo não só favorável, aparentemente, ao ideal revolucionário, como também à piedade comum; isso significa que certos indivíduos, por exemplo, devem ser eliminados só pelo fato de serem contrários à nossa revolução<sup>42</sup>.

O falso plano que integraria o Boletim de Informações n.º 4 da AIB nem sequer foi aprovado pelo chefe nacional dos integralistas, Plínio Salgado, pois ele o considera fantasioso demais e irrealista, na imagem proposta aos integralistas – mesmo assim, o documento é apropriado por alguns chefes militares. O plano era tão absurdo que sua autenticidade foi logo posta à prova, inclusive dentro dos próprios quartéis e, em seguida, em razão disso, o capitão integralista foi acusado pelo general Góis Monteiro de ter ludibriado seus chefes militares com a divulgação de um documento forjado<sup>43</sup>.

Por meio da ação de Góis Monteiro, o plano fictício chega às mãos de Getúlio Vargas. Este autoriza a sua publicação na imprensa pelo Departamento de Propaganda (futuro Departamento de Imprensa e Propaganda). O plano é publicado no dia 30 de setembro de 1937. No entanto, alguns políticos e jornais como *A Federação*, de Porto Alegre, alertavam para a falsidade do plano, pois era “apenas um pretexto imaginado pela maquiavélica fertilidade do Sr. Getúlio Vargas para novamente conseguir turvar as águas do momento político”<sup>44</sup> e o perigo que rondava a democracia no país. O resultado imediato à publicação do plano é a instituição do estado de guerra.

Em 27 de outubro de 1937, Getúlio Vargas envia Francisco Negrão de Lima – então deputado federal – em uma missão secreta de sondagem sobre a possibilidade da decretação de um golpe de Estado. Como

---

dissera que Kuhn e Cohen eram a mesma coisa – com a vantagem de despertar, ao lado do anticomunismo, o anti-semitismo”. BASBAUM, Leôncio, op. cit., p. 92.

<sup>42</sup> *Jornal do Commercio*, 30 set. 1937, p. 1.

<sup>43</sup> Tanto que ele sofreu sanções militares e ficou proibido de obter ascensão militar.

<sup>44</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 1 out. 1937, p. 2.

emissário direto de Vargas, ele “visitou todas as capitais, conversando com todos os governadores, e obtendo deles o apoio necessário com a promessa de também eles continuarem”<sup>45</sup>. O deputado retorna ao Rio de Janeiro em 3 de novembro do mesmo ano.

Assim, com os elementos de esquerda presos ou exilados, com a falta de ação dos chamados grupos liberais – em razão da situação institucional imposta ao país – e o clima de “terror” estabelecido pelo próprio governo, todos os mecanismos para a viabilização do golpe estavam prontos. Agora, era uma questão de tomada de decisão, e isso acontece na manhã da quarta-feira 10 de novembro de 1937<sup>46</sup>. Estava implantado o Estado Novo, que se prolongaria até outubro de 1945 e ocasionaria alterações significativas na história brasileira.

---

<sup>45</sup> BASBAUM, Leônicio, op. cit., p. 95. Sobre a “adesão de todos os governadores”, Basbaum esclarece que “nem todos (...) foram *conversados*, por não merecerem a confiança de Getúlio, Juracy de Magalhães, governador da Bahia, Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, que logo iria voar para Montevideu; e Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco. Juracy aceitou a degola silenciosamente. Se consultado, certamente não aderiria, pois tinha altos planos e não sacrificaria sua legenda de ‘revolucionário liberal’, por um cargo, mesmo de interventor. Carlos de Lima, sabedor das intenções do emissário, tentou ainda entrosar uma resistência, mas não encontrou apoio nas portas em que bateu. Também renunciou” (BASBAUM, op. cit., p. 95 – grifo do autor).

<sup>46</sup> O golpe estava programado para acontecer no dia 15 de novembro, data de aniversário da República, mas diante da atitude do ex-governador de São Paulo – Armando de Sales Oliveira – de tentar persuadir os militares do perigo que rondava a nação brasileira, argumentando que “a nação está voltada para os chefes militares: suspensão, espera o gesto que mata ou a palavra que salva”, Getúlio Vargas antecipa a decretação do golpe para 10 de novembro. Citação de Armando de Sales Oliveira, *Diagrama*, 13.